

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER
EXECUTIVO
DO MUNICÍPIO DE IMBUIA
EXERCÍCIO DE 2018**

Conforme prevê a instrução normativa nº TC-0020/2015, art. 7º, II, da Egrégia Corte de Contas do Estado de SC, encaminha-se o Relatório sobre as contas de governo relativamente ao exercício de 2018.

I- Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social

a) Análise da situação Econômica e financeira do Município:

O Balanço Patrimonial consolidado, registra as demonstrações contábeis, que evidenciam qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial do Município de Imbuia.

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	11.400.719,03	PASSIVO CIRCULANTE	561.143,99
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.151.000,17	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAS E PAGAR	387.481,19
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	7.963.525,12		0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.322,80	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	146.455,06
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	9.768,14	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.873,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	274.102,80	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	25.334,01
ATIVO NÃO CIRCULANTE	21.612.484,49	TOTAL DO PASSIVO	561.143,99
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	79.483,23		0,00
IMOBILIZADO	21.553.001,26	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício atual
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	20.900.700,23
		RESULTADOS ACUMULADOS	11.551.359,30
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.603.749,92
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.947.506,64
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	102,74
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.452.059,53
TOTAL	33.013.203,52	TOTAL	33.013.203,52

O Município de Imbuia registra um Patrimônio Líquido de R\$ 32.452.059,53 no final do exercício de 2018. O Balanço Financeiro evidencia que ficaram nas contas bancárias do Município, o correspondente a R\$ 3.151.000,17 nas contas bancárias vinculadas e não vinculadas.

O Passivo Financeiro corresponde a R\$ 335.886,22, resultando uma disponibilidade de caixa não comprometida, correspondente a R\$ 2.815.386,05.

Principais indicadores Financeiros e Econômicos:

1)	Liquidez Financeira	<u>Ativo Financeiro (exceto RPPS)</u> Passivo Financeiro	<u>3.151.272,27</u> 335.886,22	9,38
2)	Liquidez Corrente	<u>AC – Estoque – Desp. Antecipadas</u> Passivo Circulante	<u>3.151.272,27</u> 561.143,99	5,62
3)	% Despesa Corrente sobre Receita Corrente	<u>Despesas Correntes</u> Receitas Correntes (exceto Convênios, Intra, Contr. RPPS)	<u>18.367.490,84</u> 19.477.475,23	0,94%
4)	% Evolução do Patrimônio Líquido	<u>PL Final</u> PPL Inicial	<u>32.452.059,53</u> 22.848.309,61	70,41%

b) Política de RH:

O controle de ponto dos servidores é efetuado através de relógio ponto eletrônico, exceto os servidores da Secretaria da Educação, que ainda registram o ponto de forma manual em livro próprio.

Não há política planejada em treinamentos implantada, ocorrendo os mesmos de forma individual, sempre com fundamento em necessidades imediatas detectadas em cada setor, com inserção dos servidores em capacitações promovidas pelos departamentos, sendo comum participação dos servidores professores, motoristas, merendeiras, contador, agente de controle interno, em cursos e aperfeiçoamentos ministrados pela AMAVI, EGEM, FECAM e TCE.

As avaliações de desempenho estão sendo feitas de forma rotineira, utilizando-se um Sistema Informatizado para facilitar os trâmites.

No exercício de 2018, não foram efetuadas alterações no Estatuto dos Servidores Públicos de Imbuia.

Condições de trabalho:

O material de trabalho, como mobiliário, infraestrutura de tecnologia (redes, internet, servidores) encontra-se em bom estado, fornecendo aos servidores condições adequadas de trabalho.

Os servidores do Município de Imbuia são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) sob o regime estatutário.

Os programas **PPRA** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais ou LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, são atualizados anualmente, o **PPP** – Perfil Profissiográfico Previdenciário, é atualizado anualmente e é entregue ao servidor quando da exoneração. Quando ocorre o **CAT** – Comunicação de acidente de trabalho, seu envio ocorre no dia seguinte ao acidente.

Governança em tecnologia da informação:

O parque tecnológico vem sofrendo com a desatualização dos equipamentos, e face as dificuldades econômicas enfrentadas pelos Municípios, não é renovado de forma adequada. Os sistemas de informação utilizados são eficientes, no entanto se encontram dificuldades pela falta de integração dos mesmos. A segurança das informações, e efetuada de forma precária, limitando-se ao backup dos dados diariamente.

c) Análise da atuação da gestão em relação aos aspectos sociais

O Município vem cumprindo os limites mínimos exigidos nas aplicações de recursos na área da educação e saúde, bem como mantém ações efetivas junto a área social e meio ambiente do Município, no entanto não tem indicadores que possam refletir a atuação do governo perante a sociedade.

IX - Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e de cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites quando for o caso:

Limites	Valores	Limite % LRF s/ RCL	% Realizado	% Diferenças
Despesas com Pessoal	10.250.895,13	60,00	53,76	6,24
Poder Executivo	9.712.756,38	54,00	50,94	3,06
Poder Legislativo	538.138,75	6,00	2,82	3,18
Dívida Consolidada Líquida	0,00	120,00	0,00	120,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária e Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Por antecipação de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

Os limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em 31/12/2018 se encontravam dentro dos limites estabelecidos.

ESPECIFICAÇÃO	2018		
	Fixadas na LDO	Execução	Diferenças
Receita Total	20.400.150,00	21.068.840,71	668.690,71
Receitas Primárias (I)	19.572.150,00	20.979.833,45	1.407.683,45
Despesa Total	20.400.150,00	20.689.754,38	289.604,38
Despesas Primárias (II)	19.890.150,00	18.367.490,84	-1.522.659,16
Resultado Primário (III) = (I – II)	-318.000,00	497.220,35	815.220,35
Resultado Nominal	225.000,00	497.230,35	272.230,35
Dívida Pública Consolidada	100.000,00	0,00	100.000,00
Dívida Consolidada Líquida	-50.000,00	-3.012.439,52	2.962.439,52

X - Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal e artigo 60 do ADCT:

O Município elaborou os seus demonstrativos que demonstram a aplicação de 28,89 % da receita resultante de impostos e transferências em saúde e 29,82 % na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Os recursos recebidos a título de FUNDEB pelo Município no exercício de 2018, foram aplicados rigorosamente em despesas com a remuneração de profissionais do magistério da educação básica, assim como nas demais despesas inerentes à educação básica do Município, em atendimento à Lei nº 11.494/2007 e demais legislações pertinentes. Do montante de R\$ 2.931.372,29 recebidos no exercício de 2018, foram aplicados R\$ 2.541.100,75 no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério, que totaliza 86,58% do total.

XIX - Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:

2015

8. RESTRIÇÕES APURADAS

8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 (item 6.1).

8.1.2 Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB no exercício em análise, sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 18.223,91**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/6 (APÊNDICE - Planilha do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso).

8.1.3 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

8.2 RESTRIÇÃO DE ORDEM REGULAMENTAR

8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (Item 6.3).

Quanto ao item 8.1.1 e 8.2.1, solicitou-se aos responsáveis pelo acompanhamento dos Conselhos, para que seja observado o prazo e os procedimentos legais para a emissão correta dos devidos pareceres nos prazos legais.

Quanto ao item 8.1.2, solicitou-se ao setor de contabilidade para que observe a utilização correta dos saldos financeiros em questão, para que não reste despesas ou DDO sem o correspondente recurso para cobertura financeira, para que não ocorra dessa forma o registro de déficit financeiro.

Quanto ao item 8.1.3, foi alertado verbalmente o Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento à época, para que tomasse as medidas necessárias para garantir a transparência da Gestão Fiscal para o cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos pelo art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000.

2016

6.2. Recomenda à Prefeitura Municipal de Imbuia que atente para as restrições apontadas pelo Órgão Instrutivo, constantes dos itens 9.1.1 e 9.1.2 da Conclusão do Relatório DMU n. 631/2017, quais sejam:

6.2.1. Registro indevido de Valores Restituíveis e Outras Obrigações do Passivo Financeiro na Fonte de Recursos "FR 01" (R\$ 139,75) e "FR 62" (R\$ 2.422,22) com saldo devedor em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei n. 4.320/64 e art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos);

6.2.2. Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido nos arts. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000 e 7º, II, do Decreto n. 7.185/2010 (Capítulo 7).

Quanto ao item 6.2.1, solicitou-se ao setor de contabilidade para que efetue os ajustes necessários das Fontes de Recursos para que as mesmas não apresentem saldo devedor.

Quanto ao item 6.2.2, foi alertado verbalmente o Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento à época, para que tomasse as medidas necessárias para garantir a transparência da Gestão Fiscal para o cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos pelo art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000.

2017

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.1.1 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações relativas ao Lançamento de Receitas, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (item 7, Quadro 20).

Quanto ao item 9.1.1, foi alertado verbalmente o Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento à época, para que tomasse as medidas necessárias para garantir a transparência da Gestão Fiscal para o cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos pelo art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000.

XXI - Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei Federal nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

Foi efetuado o Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME de Imbuia, no período de 2017, sendo o mesmo concluído em 30 de outubro de 2017, pela Comissão Coordenadora e Equipe Técnica nomeada pelo Decreto nº 36 de 9 de dezembro de 2014.

Conclui-se que a maior dificuldade foi não ter o minicenso municipal, pois, os dados apresentados pelo INEP são divergentes dos dados que representam a situação atual do município.

Outra dificuldade encontrada pela equipe e comissão, é o fato de não ter como interferir em questões pedagógicas da rede estadual, o que faz que, alguns dos índices se apresentem abaixo da média fazendo com que o município seja prejudicado.

Da mesma forma foram atualizadas as medidas de avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei Federal nº 13.005/2014.

XXII - Outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas.

Não foi apurada nenhuma informação pendente.

IMBUIA (SC), 27 de fevereiro de 2019.

SÉRGIO FRANCISCO CAPISTRANO
Controlador Interno